



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação escrita

Após oito anos de suspensão do recebimento de pedidos para atribuição de habitação económica, o Governo da RAEM lançou, em finais do ano passado, um concurso público para 1900 casas económicas. Como consequência desta longa suspensão, 42 000 cidadãos candidataram-se ao respectivo concurso, situação esta, que apesar de ter ocorrido pela primeira vez em Macau, não vai ser a última. Isto demonstrou que os cidadãos de Macau estão a viver um martírio quanto à questão da habitação. Até o Director do Gabinete de Ligação do Governo Central, Sr. Li, pouco tempo depois de ter chegado a Macau, notou este problema e salientou que, só quando o Governo da RAEM resolver seriamente o problema de habitação da população, é que poderá governar Macau sem sobressaltos. Só que os governantes de Macau continuaram a “sentir-se satisfeitos” e nada fizeram.

Perante o “barulho” da população quanto à questão da habitação económica, invocou sempre o Governo a questão da escassez de terrenos como resposta às solicitações da população e para sublinhar as dificuldades que está a encarar. Mas o ditado do Secretário Lau Si lo: “construir casas não é difícil, difícil é encontrar terrenos” já se tornou uma gargalhada no seio da população. Toda a gente sabe que, desde que o Governo prometeu, em 2007, que ia construir 90 000 fracções públicas num prazo de cinco anos, começou a alegar que é difícil encontrar terrenos para construção de habitação pública, mas, em simultâneo, mais de um milhão de m² de terrenos foram concedidos,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

facilmente, a preços de saldo ou mesmo gratuitamente, aos concessionários do jogo e à Universidade de Ciência e Tecnologia, e foram tantos os terrenos concedidos, que nem todos foram aproveitados pelos mesmos. Portanto, desde já há muito tempo, a população tem vindo a criticar o Governo, porque “tem terrenos para construção de casinos, mas não tem terrenos para construção de habitação pública”. Esta é que é a verdadeira razão que leva o Governo a não dispor de terrenos para construção de habitação pública.

Ademais, o Governo costumava também dizer que não dispunha de mais terrenos, por terem sido todos concedidos a terceiros. Se calhar isto não é verdade, porque, como referi recentemente, temos ainda 48 terrenos desaproveitados e um terreno com uma área de 82 mil m² sito na Avenida Wai Long, assim como iremos ter 48 mil fracções autónomas nas zonas dos novos aterros, só que ainda não sabemos quantas destas serão destinadas a habitação pública, carecendo, portanto, o esclarecimento por parte do Governo. Na verdade, na questão da procura de terrenos, dispomos actualmente de um que o Governo pode aproveitar de imediato, que é o terreno da Central Térmica da Areia Preta.

A Central Térmica em causa entrou em funcionamento há mais de 40 anos e as máquinas já são velhas. Ora, apenas para evitar que entrem em desuso, as máquinas são abertas periodicamente para manter a sua função, só que na verdade já não assumem a missão de produção de energia eléctrica. A propósito disto, em Maio do ano passado, apresentou a CEM uma proposta ao



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Governo, para encerrar a Central Térmica e devolver-lhe o respectivo terreno. Mas, passado quase um ano, perante esta oportunidade de poder retomar de imediato um terreno disponível, o Governo ainda nada respondeu. Por um lado, continua a “chorar”, sublinhando que não dispõe de terrenos, por outro, não reage em relação ao grande terreno que a CEM pretende devolver-lhe. Isto não é mesmo ridículo?

O terreno da referida Central Térmica não é pequeno, portanto, se calhar muita gente está interessada nele. Alguns anos atrás, uma grande parte daquele terreno foi “cortada” para o Diário “Ou Mun”, assim sendo, se calhar as restantes partes já foram destinadas, sob consentimento, a outras pessoas. Segundo a opinião predominante da população, se agora a CEM devolver esse terreno de tantos milhares de m² ao Governo, a sua utilidade só pode ser uma, que é para a construção de habitação pública. Se assim for, pode o belo sonho de algumas pessoas de partilha daquele terreno ficar destruído. Se calhar, foi este mesmo o motivo que levou à omissão por parte do Governo, ou seja, não retomar o terreno, para evitar quaisquer problemas e obstáculos quanto àquilo que pretenderá fazer no futuro.

Gostaria, então, de apresentar as seguintes questões:

1. Já que a CEM apresentou, por sua iniciativa, a proposta de encerrar a Central Térmica da Areia Preta e de devolver o respectivo terreno ao Governo, porque é que o Governo não reagiu perante a dita proposta?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

2. Se bem que o terreno da Central Térmica da Areia Preta ainda não tenha sido retomado pelo Governo, será que já está destinado a alguém? Ou será que o Governo já assumiu algum compromisso com alguém?

3. Se este terreno de tantos milhares de m² for reavido, vai o Governo prometer que vai aproveitá-lo para construção de habitação pública, a fim de aliviar a pressão da população na procura desse tipo de habitação?

2 de Maio de 2014.

O Deputado à Assembleia Legislativa da Região
Administrativa Especial de Macau,
Au Kam San